



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O presente curso de Licitações e Contratos Administrativos na prática - enfoque nas concorrências, pregões e contratações diretas foi estruturado em 15 temas para atender ao objetivo proposto, como é possível observar das informações que seguem:

1. Âmbito de Aplicação da Lei

- Normas gerais e específicas: Introdução às disposições gerais da Lei 14.133/2021 e às normas específicas para determinados tipos de licitações e contratos.
- Abrangência: Explicação sobre os entes que estão sujeitos à lei, como União, Estados, Municípios, autarquias, fundações públicas, empresas estatais, entre outros.
- Aplicação: Detalhamento dos casos em que a lei se aplica de forma obrigatória e situações excepcionais.
- Quando não aplicar a lei: Casos de exceção onde a Lei 14.133/2021 não é aplicada, como contratos de valor inferior ao limite de dispensa ou situações de calamidade pública.

Objetivo: Esclarecer a abrangência e os limites de aplicação da Lei 14.133/2021, preparando o aluno para identificar corretamente os contextos de sua utilização.

2. Princípios das Licitações

- Princípio da Legalidade: Todo ato administrativo deve estar vinculado à lei.
- Princípio da Moralidade: A administração deve atuar de forma ética e íntegra.
- Princípio da Impessoalidade: Ações administrativas devem tratar todos os envolvidos de forma igualitária, sem favorecimentos.
- Princípio da Publicidade: Transparência e divulgação dos atos administrativos.
- Princípio da Eficiência: A Administração deve agir com eficiência, buscando a melhor relação custo-benefício.
- Princípio do Interesse Público: Toda contratação deve priorizar o bem público.
- Princípio da Probidade Administrativa: Garantia de integridade e honestidade nos processos.



- Princípio da Igualdade: Todos os licitantes devem ter iguais oportunidades.
- Princípio do Planejamento: A contratação deve ser precedida de planejamento adequado.
- Princípio da Transparência: A Administração deve ser clara em suas ações.
- Princípio da Eficácia: As ações devem atingir os resultados esperados.
- Princípio da Segregação de Funções: Separação das funções de fiscalização e execução, evitando conflitos de interesse.
- Princípio da Motivação: Os atos administrativos devem ser motivados e fundamentados.
- Princípio da Vinculação ao Edital: A Administração está vinculada às regras do edital.
- Princípio do Julgamento Objetivo: O julgamento das propostas deve ser objetivo e impessoal.
- Princípio da Segurança Jurídica: Assegurar a estabilidade dos atos jurídicos.
- Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade: Atos da Administração devem ser razoáveis e proporcionais.
- Princípio da Celeridade: A Administração deve atuar de forma ágil, respeitando os prazos.
- Princípio da Economicidade: Buscar sempre a melhor relação custo-benefício.
- Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável: Considerar impactos econômicos, sociais e ambientais.

Objetivo: Compreender a base principiológica que norteia os processos de licitação e a contratação pública, com foco em garantir a conformidade com os valores e preceitos legais.

3. Agentes Públicos na Licitação

- Gestão por competências: Identificação e alocação adequada de competências dentro da equipe de licitação.
- Segregação de funções: Evitar conflitos de interesse entre aqueles que preparam e julgam as licitações.
- Agente de contratação e Pregoeiro: Funções e responsabilidades dos principais agentes que conduzem o processo licitatório.
- Equipe de apoio: Papéis e atribuições dos servidores que auxiliam no processo licitatório.



- Comissão de contratação: Definição, composição e atribuições da comissão responsável pela licitação.
- Regulamentação: Normas que regem a atuação dos agentes.
- Vedações: Limites e proibições aplicáveis aos agentes públicos envolvidos.

Objetivo: Identificar os agentes públicos responsáveis pela condução das licitações e suas atribuições dentro do processo licitatório.

4. Processo Licitatório

- Objetivos do Processo Licitatório: Finalidade e metas da licitação, visando obter a melhor proposta para a administração.
- Governança das Contratações: Estrutura de governança que envolve a supervisão, controle e execução das licitações.
- Observações gerais: Aspectos que devem ser observados ao longo do processo licitatório.
- Documento de formalização da demanda: Documento que oficializa a necessidade da contratação.
- Plano de contratações anual: Planejamento das licitações ao longo do ano.
- Consórcios: Contratação conjunta entre diferentes órgãos públicos.
- Cooperativas: Participação de cooperativas nos processos licitatórios.
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): Ferramenta que centraliza e dá transparência às licitações.

Objetivo: Apresentar as fases e os elementos que compõem o processo licitatório, da formalização da demanda ao seu desfecho.

5. Fase Preparatória da Licitação

- Estudo técnico preliminar: Análise prévia que justifica a necessidade da contratação.
- Termo de referência: Documento que detalha os requisitos para a contratação.
- Projeto básico: Definição técnica do objeto a ser contratado.
- Estimativa de preços: Cálculo aproximado do custo da contratação.
- Edital de licitação: Documento que estabelece as regras do processo licitatório.



Objetivo: Fornecer uma visão detalhada sobre a preparação do processo licitatório, destacando a importância de cada documento para a correta condução da licitação.

6. Compras Públicas com Exemplos Práticos

- Planejamento: Etapas iniciais da contratação de bens e serviços.
- Estudo técnico preliminar: Documento base que justifica a compra pública.
- Termo de referência: Definição clara e objetiva do objeto da contratação.
- Edital de licitação: Documento que regulamenta todo o processo de compra.

Objetivo: Ilustrar com exemplos práticos como deve ser conduzida a contratação de compras públicas, enfatizando a aplicação correta da teoria.

7. Obras e Serviços de Engenharia com Exemplos Práticos (60 minutos)

- Planejamento: Etapas essenciais na contratação de obras e serviços de engenharia.
- Estudo técnico preliminar: Fundamentação técnica para a contratação.
- Termo de referência: Especificações do objeto da contratação.
- Edital de licitação: Normas e critérios para seleção da melhor proposta.

Objetivo: Mostrar a aplicação da Lei de Licitações no contexto específico de obras e serviços de engenharia, com exemplos práticos que ilustram os principais desafios.

8. Serviços em Geral com Exemplos Práticos

- Planejamento: Definição das necessidades e estruturação do processo de contratação.
- Estudo técnico preliminar: Análise inicial que embasa a contratação de serviços.
- Termo de referência: Definição detalhada dos serviços a serem contratados.
- Edital de licitação: Estabelecimento das regras para a contratação.

Objetivo: Apresentar as etapas práticas para a contratação de serviços gerais, com exemplos que evidenciem a aplicabilidade dos conceitos teóricos.



9. Sistema de Registro de Preços com Exemplos Práticos

- Conceitos gerais: Definição e objetivo do Sistema de Registro de Preços (SRP).
- Ata de registro de preços: Documento que formaliza os preços registrados.
- Órgãos gerenciadores e participantes: Funções e responsabilidades dos órgãos envolvidos.
- Limites para adesões: Regras que limitam a participação de órgãos não-participantes.
- Procedimento do SRP: Passo a passo para adesão e utilização do sistema.
- Rotina de controle e atualização: Procedimentos de monitoramento e ajuste de preços.
- Prazos de validade: Validade da ata e do contrato derivado dela.

Objetivo: Compreender o funcionamento do SRP e suas aplicações práticas em processos de compras públicas.

10. Processo de Contratação Direta com Exemplos Práticos

- Inexigibilidade: Quando a competição não é possível e a contratação é feita diretamente.
- Dispensa: Situações em que a licitação pode ser dispensada.
- Dispensa eletrônica: Procedimento de contratação direta por meios eletrônicos.

Objetivo: Analisar as situações específicas em que é possível a contratação direta e suas implicações práticas.

11. Simulação de Uso do Sistema Compras.Gov

- Sistema de cadastramento unificado de fornecedores: Cadastro e atualização de fornecedores.
- Divulgações: Publicação de editais e outros documentos no sistema.
- Sessão eletrônica: Abertura e condução do processo de licitação online.
- Propostas e lances: Recebimento de propostas e realização de lances eletrônicos.



Objetivo: Simular o uso do Sistema Compras.Gov, permitindo que os alunos pratiquem a utilização da plataforma.

12. Contratos Administrativos

- Formação dos contratos: Processo de formalização dos contratos.
- Garantias contratuais: Exigências de garantia para execução do contrato.
- Alocação de riscos: Distribuição de riscos entre as partes.
- Prerrogativas da Administração: Direitos e obrigações da Administração nos contratos.
- Cláusulas econômico-financeiras: Ajustes financeiros e monetários nos contratos.
- Duração dos contratos administrativos: Limites de vigência e prorrogação.

Objetivo: Aprofundar o entendimento sobre as cláusulas e condições dos contratos administrativos, com foco na sua aplicação prática.

13. Execução dos Contratos

- Alterações e preços: Quando e como os contratos podem ser modificados.
- Extinção dos contratos: Causas e consequências da rescisão contratual.
- Recebimento do objeto: Procedimentos para o recebimento e aceitação dos bens ou serviços contratados.
- Pagamentos: Regras e prazos para pagamento dos contratos.
- Nulidades: Situações em que o contrato pode ser anulado.
- Resolução de conflitos: Mecanismos para solução de disputas contratuais.
- Infrações administrativas e recursos: Sanções e recursos possíveis no âmbito contratual.

Objetivo: Entender como ocorre a execução dos contratos, as hipóteses de alteração, resolução e as consequências de inadimplementos ou irregularidades.

14. Controle das Contratações

- Primeira linha de defesa: Monitoramento e controle internos pela equipe de gestão.
- Segunda linha de defesa: Supervisão e auditoria interna.



- Terceira linha de defesa: Auditoria externa e órgãos de controle.
- Procedimentos de fiscalização: Práticas de fiscalização para assegurar conformidade e eficiência.

Objetivo: Compreender a importância dos mecanismos de controle e fiscalização nas contratações públicas.

15. Crimes em Licitações e Contratos Administrativos

- Contratação direta ilegal: Quando a Administração realiza contratação sem licitação fora das hipóteses permitidas.
- Frustração do caráter competitivo: Práticas que limitam ou eliminam a competição nas licitações.
- Patrocínio de contratação indevida: Quando servidores ou gestores defendem interesses particulares em contratações.
- Modificação ou pagamento irregular em contrato: Alterações ilegais ou pagamentos fora das condições contratuais.
- Perturbação do processo licitatório: Ações que interferem na regularidade das licitações.
- Violação de sigilo em licitação: Divulgação indevida de informações sigilosas.
- Afastamento de licitante: Impedir indevidamente a participação de concorrentes.
- Fraude em licitação ou contrato: Práticas fraudulentas durante a licitação ou execução do contrato.
- Contratação inidônea: Contratar empresas ou pessoas sem idoneidade comprovada.
- Impedimento indevido: Impedir, sem justificativa legal, a participação de licitantes.
- Omissão grave de dados ou informações por projetista: Faltar com informações importantes que prejudiquem o processo licitatório.

Objetivo: Identificar os crimes relacionados a licitações e contratos administrativos, compreendendo suas implicações legais e práticas.

DOS PROFESSORES



Os professores selecionados para esse curso possuem experiência acadêmica e prática na Administração Pública, como é possível comprovar pelo resumido currículo de cada um que segue e pela linguagem clara e objetiva para transmitir com segurança as orientações necessárias aos gestores, incluindo a apresentação de exemplos e modelos para facilitar a abordagem e contribuir com o aperfeiçoamento do planejamento das licitações e contratos administrativos.

Alexandre Levin

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor de direito administrativo dos cursos de graduação e pós-graduação da Escola Paulista de Direito – EPD. Procurador do Município de São Paulo, atualmente exercendo as funções de Assessor Jurídico na Secretaria de Governo do Município de São Paulo (SGM).

Edcarlos Alves Lima

Mestre em direito político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Direito Tributário (UPM), Gestão Pública (UTFPr) e Direito Municipal (UNICAP). Professor e coordenador do curso de Direito das Faculdades Integradas Rio Branco Granja Vianna. Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos e Ajustes Congêneres da Procuradoria do Município de Cotia. Autor do livro Inovação e Contratações Públicas Inteligentes, publicada pela editora Fórum, assim como coautor de livros e autor de artigos jurídicos na área de licitações e contratos administrativos.

Gilberto Bernardino de Oliveira Filho

Especialista em Direito Constitucional e Direito Administrativo pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Consultor Jurídico na área de Licitações e Contratos Administrativos e Direito Administrativo. Editor, Professor e Diretor Jurídico da SGP – Soluções em Gestão Pública. Coordenador do MBA em Licitações e Contratações da Administração Pública da SGP. Professor convidado no Programa de Extensão Universitária da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade São Paulo (FDRP-USP), atuando desde 2023 até o presente momento. Professor convidado da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do



Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo (TCMSP) por dois anos consecutivos (2023 e 2024). Coordenador e coautor do livro “A Boa Gestão Pública e o Novo Direito Administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas”, São Paulo: SGP, 2021. Coautor dos livros: "Temas de Direito Público. Estudos em Homenagem ao Professor Kiyoshi Harada", United States: Ed. Pembroke Collins, 2022; “Procedimentos Auxiliares das Licitações e das Contratações Administrativas”, Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2022; “Temas Atuais de Direito Público – Estudos em Homenagem ao Professor Toshio Mukai”, São Paulo: Thoth, 2019; e “Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos”, São Paulo: NDJ, 2016. Autor de diversos artigos jurídicos publicados em revistas especializadas.

Rosano Pierre Maieto

Graduado em direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – FADUSP, Especialista e Mestre em Direito Público pela UNINOVE, advogado. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professor do curso de Pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Coordenação pedagógica

O presente curso de Licitações e Contratos Administrativos na prática - enfoque nas concorrências, pregões e contratações diretas foi planejado com o apoio pedagógico do INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTAS PÚBLICAS - IBCONTAS, consistindo na seleção de professores para a gravação das aulas, escolha do conteúdo programático e aprovação das temáticas desenvolvidas. A Coordenação pedagógica ficou a cargo dos seguintes professores:

Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

Mestre e Doutorando em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Assessor de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal. Advogado, membro fundador e pesquisador do Instituto Brasileiro de Contas Públicas – IBContas.

Livros publicados em autoria e coautoria:



SERRANO. A. C. A. P. AT AL. GUIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – TEORIA E PRÁTICA. Editora Fórum (no prelo).

SERRANO. A. C. A. P. AT AL. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL FINANCEIRO: Enfoque na prestação de contas dos recursos públicos. eBook Kindle, 2023.

[SERRANO, A. C. A. P.](#) A Individualização da Conduta nas Decisões dos Tribunais de Contas. 1. ed. São Paulo: Myra Editora, 2023.

[SERRANO, A. C. A. P.](#); NUNES, S. G. S. Regimento Interno Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Abordagem prática para Advogados. 1. ed. São Paulo: Myra Editora, 2023.

MARTINS, R. M. ; ROLT, A. P. ; [SERRANO, A. C. A. P.](#); COELHO, C. R. J.; ARAUJO, E. M. T. ; ALTERO, F. M. ; PARANHOS, F. R. ; GALIL, J. V. T.; CASARES, L. B. M.; ALMEIDA, P. L. F.; VERNASCHI, R. V.; FACCHINATTO, R. M.; MAGAMI JUNIOR, R. T.; SILVA, V. C. P. B. E.; CANDANEDO, V. C. F.; VITOR, V. F. Estudos Contemporâneos sobre a Teoria dos Atos Administrativos. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.

[SERRANO, A. C. A. P.](#) Plágio - Implicações jurídicas sobre as obras literárias. 1. ed. São Paulo: Verbatim Editora, 2014.

NUNES JUNIOR. [V. S.](#); [SERRANO, A. C. A. P.](#) Manual de Direitos Difusos. 2. ed. São Paulo: Verbatim Editora, 2012.

Moacir Marques da Silva Canzian

Contador e Advogado. É doutor em Direito Econômico e Empresarial pela Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), México. Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo desde 1996 e Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal. Professor convidado da Universidade de Direito Público – UNIDIP, Universidade Estácio de Sá e Universidade São Caetano do Sul. Membro fundador e pesquisador do Instituto Brasileiro de Contas Públicas – IBCcontas.

Livros publicados em autoria e coautoria:

SILVA CANZIAN, M. M. AT AL. GUIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – TEORIA E PRÁTICA. Editora Fórum (no prelo).

SILVA CANZIAN, M. M ET AL. ANÁLISE DA EFICÁCIA DO SISTEMA DE GESTÃO FISCAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DAS CONTAS DO GOVERNO FEDERAL. 1. Ed. Independently published, 2024.



SILVA CANZIAN, M. M. AT AL. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL FINANCEIRO: Enfoque na prestação de contas dos recursos públicos. eBook Kindle, 2023.

SILVA CANZIAN, M. M. ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL. 1. ed. BELO HORIZONTE: FORUM, 2023.

SILVA CANZIAN, M. M. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA CONCURSO PÚBLICO. 1. ed. são paulo: VERBATIM, 2015.

SILVA CANZIAN, M. M. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ENFOQUE JURÍDICO E CONTÁBIL PARA OS MUNICÍPIOS. 1. ed. São Paulo: atlas, 2014.

SILVA CANZIAN, M. M. CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS. 1. ed. São Paulo: atlas, 2014.

SILVA CANZIAN, M. M. CURSO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL. 2. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2012.

SILVA CANZIAN, M. M. COMENTÁRIOS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 1. ed. BELO HORIZONTE: FÓRUM, 2009.

SILVA CANZIAN, M. M. AT AL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA OS MUNICÍPIOS. 2. ed. São Paulo: atlas, 2007.

SILVA CANZIAN, M. M. AT AL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ABORDAGEM PRÁTICA PARA OS MUNICÍPIOS. 1. ed. SÃO PAULO: SCORTECCI, 2002.